

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica Class.: CIMI 713
Data 07/07/93 Pg.: _____

LUTA ARMADA

Índios exigem demarcação de terras

Os índios estão dispostos à luta armada, caso o governo não tome providências para demarcar suas terras. A informação foi dada ontem pelo padre Afonso Casasnovas, na XVII Assembleia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que está sendo realizada em Manaus. Casasnovas trabalha há 33 anos no Alto Rio Negro, onde se concentra a maior população indígena do Amazonas, e onde a língua mais falada é o "nheengatu".

Apesar da liminar concedida pelo juiz da 1ª Vara Federal, que autoriza a retirada do garimpeiros, eles continuam invadindo as áreas indígenas, com o apoio da julza da Comarca de São Gabriel da Cachoeira, Onilza Abreu, que

autorizou a subida de uma lancha com dois mil quilos de alimentos e 20 tambores de combustível para os que trabalham no rio Içana, um dos principais afluentes do Rio Negro. Os líderes da Associação das Comunidades Indígenas do Içana (Aciri) prenderam a lancha, retiraram as armas e obrigaram os garimpeiros a voltar para São Gabriel.

Segundo Casasnovas, as comunidades do Içana estão reivindicando a demarcação contínua, isto é, de todas as terras do rio, e não de algumas partes, como as colônias feitas durante o governo de José Sarney. O maior problema da invasão dos garimpeiros é a poluição das águas com a utilização do mercúrio, que provoca a morte dos peixes, um dos formas

de subsistência dos povos indígenas.

Em Roraima, a situação não é muito diferente. As terras que ainda não foram demarcadas também estão sendo invadidas. Em Santa Isabel, o médico Paulo Daniel, do Cimi, verificou uma média de 200 balsas, o que significa um número expressivo de garimpeiros na região. Os que invadiram a área dos Yanomami foram retirados, mas estão ameaçando voltar.

As áreas indígenas que já foram estudadas também encontram resistências. No dia 21 de maio, foi publicado o parecer da Fundação Nacional do Índio (Funai) favorável à demarcação da região de Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima, ficando a

cargo do Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, a assinatura da portaria. Porém, o governo do Estado, com o apoio dos parlamentares, entregou um documento ao Ministro Corrêa contestando o parecer da Funai.

No documento, o governo solicita ao Ministro que devolva o parecer para que a Funai reavalie a posição, e leve em consideração os interesses do Estado. A manifestação serviu para adiar a demarcação e deixar os índios mais revoltados. O Ministro Corrêa declarou que pretende analisar todos os aspectos e não assina a portaria até que se encerrem os conflitos. Enquanto isso, as lideranças indígenas estão se organizando para ir a Brasília pressionar o Governo Federal.